

# De retalho em retalho, nova proposta

Presidente traça com líderes estratégia para tornar reforma da Previdência mais aceitável

Maria Lima e Denise Rothenburg

BRASÍLIA

O presidente Fernando Henrique Cardoso se reuniu com seus principais líderes, definiu uma estratégia para a votação da reforma da Previdência no Congresso, daqui a dez dias, e traçou as linhas gerais do texto da nova proposta a ser apresentada. A tática é tornar mais aceitável a proposta original do Governo, costurando-a com retalhos de 61 emendas que tiveram parecer favorável na Comissão Especial, para convencer os candidatos a prefeito de que as novas regras não vão atingir os atuais aposentados, mas apenas os funcionários públicos que têm privilégios. Mas o Governo não vai pretender mão de certos princípios da reforma, como a substituição do critério do tempo de serviço pelo tempo de contribuição para a aposentadoria, que ficaria em 35 anos para homens e 30 para mulheres. A idade mínima de 55 anos para homens e 50 para mulheres também será incluída no texto, assim como a polêmica extinção do IPC e dos fundos de pensão.

O presidente deixou claro que a negociação com as centrais sindicais passa para segundo plano e determinou que as atenções se concentrem nos parlamentares rebeldes. Todos os ministros foram convocados para trabalhar pela reforma.

— Vamos votar a proposta do Governo. Quais as condições para montar um novo texto? — perguntou Fernando Henrique no início da reunião. Ele foi tranquilizado pelo ministro Nelson Jobim, da Justiça, que garantiu haver formas regimentais já usadas na Constituinte.

## Novo relator vai ser escolhido a dedo

Depois da desastrosa atuação de Euler Ribeiro (PMDB-AM) na relatoria, o presidente da Câmara, Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA) e o próprio Fernando Henrique vão escolher o novo relator de plenário. Na reunião de quinta-feira à noite, Luís Eduardo levou uma lista com sete nomes do PMDB. Alguns foram vetados pelo presidente e os mais cotados agora são os deputados José Luis Clerot (PMDB-PB), Eliseu Padilha (PMDB-RS) e o líder peemedebista Michel Temer (PMDB-SP), que não estava na reunião. Alberto Goldman (PMDB-SP) foi também lembrado, mas acabou descartado por problemas na bancada.

— O ideal seria que Michel Temer avocasse para si a relatoria. Ele amarraria a bancada, que teria problemas para votar contra o parecer do líder e ainda poderia sair como quem salvou a reforma da Previdência — disse um dos presentes à reunião.

Na costura desse novo texto, que será levado a votação nas próximas semanas, o líder Inocêncio de Oliveira, do PFL, disse que "o céu é o limite", mas já se sabe que o Governo não abre mão de alguns pontos polêmicos, como a extinção do Instituto de Previdência dos Congressistas (IPC), o fim dos fundos de pensão na Constituição, o tempo mínimo de contribuição de 35/30 anos, a idade mínima de 55/50 anos para a aposentadoria e dez anos de exercício na última função. Mas os líderes sabem que será difícil reverter o último resultado do plenário, apesar da mistura de propostas.

— Se passar um Frankenstein, eu já fico feliz — disse Luís Eduardo.

Cada líder vai reunir sua bancada e discutir a necessidade de aprovar a reforma. O presidente do PFL, Jorge Bornhausen, e Inocêncio acenam com a possibilidade de fechar questão na bancada para obrigar os deputados a votarem pela aprovação.

— Eu não me chamarei Jorge se não conseguir esses votos que faltam — desafiou Bornhausen.

— O PFL vai jogar pesado! — disse Inocêncio.

Um novo teste será feito quarta-feira, com a inclusão na pauta da votação da Lei de Patentes, modificada no Senado. Quando chegar do Japão, Fernando Henrique volta a se reunir com os líderes.

## Governo manterá maioria das propostas iniciais

A proposta do Governo vai retirar da Constituição os fundos de pensão, remetendo sua regulamentação para a lei ordinária. Por ela, a União não poderá contribuir com valores maiores do que os pagos pelos associados. O texto rejeitado mantém os fundos na Constituição e permitia que o repasse da União fosse até duas vezes o dos associados. O IPC e os institutos semelhantes nos estados e municípios serão extintos. Sem data fixada, uma lei ordinária encontrará a saída para o IPC.

Serão extintas as aposentadorias especiais, com a exceção das de professores da pré-escola e Primeiro e Segundo Graus pelos próximos cinco anos. As demais profissões com risco ou insalubres seriam discutidas posteriormente.

Para o setor público, serão utilizadas partes de emendas para garantir a fórmula para a aposentadoria integral dos servidores com 35/30 anos de contribuição, 55/50 anos de idade mínima (na transição) e dez anos de exercício na última função.

No setor privado acabam as aposentadorias proporcionais. A exceção será para os trabalhadores que atingirem 60 anos, sem completar o tempo de contribuição, com um salário proporcional à média das últimas 36 contribuições. Os demais só se aposentarão quando com 35/30 anos de contribuição e idade mínima de 55/50 anos de idade, com vencimentos de até dez salários-mínimos.

Acabará também a paridade dos aposentados com os servidores em atividade. Assim, acaba a possibilidade de os aposentados e pensionistas receberem os aumentos concedidos para os correspondentes da ativa.



FERNANDO HENRIQUE, ao lado de dona Ruth: costura de 61 emendas que já tiveram parecer favorável na Comissão Especial para facilitar aprovação da proposta do Governo